

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	5
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	6
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	9
--------------------------	---

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	28
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	30
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	31
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	32
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	240.558.000
Preferenciais	0
Total	240.558.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.243.510	760.538
1.01	Ativo Circulante	38.011	171.459
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.209	250
1.01.02	Aplicações Financeiras	13.760	159.885
1.01.03	Contas a Receber	11.776	0
1.01.03.01	Clientes	11.776	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	0	3.365
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.852	7.525
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.414	3.799
1.01.08.03	Outros	3.414	3.799
1.02	Ativo Não Circulante	1.205.499	589.079
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	37.085	17.049
1.02.01.06	Tributos Diferidos	32.420	12.177
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	32.420	12.177
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	3.687	4.766
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	4	106
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	4	106
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	974	0
1.02.03	Imobilizado	4.308	3.594
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.308	3.594
1.02.04	Intangível	1.164.106	568.436
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.164.106	568.436

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.243.510	760.538
2.01	Passivo Circulante	680.778	103.477
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.341	4.471
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.112	928
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	7.229	3.543
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	44.514	11.429
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.369	3.432
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.526	503
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	103	86
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.740	2.843
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	618.600	77.532
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	618.600	77.532
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	618.600	77.532
2.01.05	Outras Obrigações	3.954	6.613
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	118	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	118	0
2.01.05.02	Outros	3.836	6.613
2.02	Passivo Não Circulante	388.193	440.698
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	295.480	439.903
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	295.480	439.903
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	295.480	439.903
2.02.02	Outras Obrigações	92.624	795
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	35	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	35	0
2.02.02.02	Outros	2.682	795
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	89.907	0
2.02.04	Provisões	89	0
2.02.04.02	Outras Provisões	89	0
2.03	Patrimônio Líquido	174.539	216.363
2.03.01	Capital Social Realizado	240.558	240.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-66.019	-23.637

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	316.916	650.073	102.513	183.594
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-306.044	-639.201	-102.513	-183.594
3.03	Resultado Bruto	10.872	10.872	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-15.856	-56.894	-11.846	-18.264
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-15.846	-56.819	-11.860	-18.278
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	14	14
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-10	-75	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-4.984	-46.022	-11.846	-18.264
3.06	Resultado Financeiro	-15.290	-16.603	527	5.475
3.06.01	Receitas Financeiras	506	5.691	1.240	6.191
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.796	-22.294	-713	-716
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-20.274	-62.625	-11.319	-12.789
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.844	20.243	4.117	4.366
3.08.02	Diferido	5.844	20.243	4.117	4.366
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-14.430	-42.382	-7.202	-8.423
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-14.430	-42.382	-7.202	-8.423
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-70.551	16.368
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-65.482	16.732
6.01.03	Outros	-5.069	-364
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-381.656	-557.183
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	455.166	542.584
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.959	1.769
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	250	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.209	1.770

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	240.000	0	0	-23.637	0	216.363
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	240.000	0	0	-23.637	0	216.363
5.04.01	Aumentos de Capital	558	0	0	0	0	558
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-42.382	0	-42.382
5.07	Saldos Finais	240.558	0	0	-66.019	0	174.539

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	0	0	1
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	0	0	1
5.04.01	Aumentos de Capital	189.558	0	0	0	0	189.558
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-8.423	0	-8.423
5.07	Saldos Finais	189.559	0	0	-8.423	0	181.136

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.01	Receitas	652.575	183.594
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-666.957	-194.679
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-624.459	-183.594
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-42.498	-11.085
7.03	Valor Adicionado Bruto	-14.382	-11.085
7.04	Retenções	-6.772	-1.230
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.772	-1.230
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-21.154	-12.315
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.646	6.205
7.06.02	Receitas Financeiras	5.691	6.191
7.06.03	Outros	-45	14
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-15.508	-6.110
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-15.508	-6.110
7.08.01	Pessoal	18.019	4.749
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.120	3.793
7.08.01.02	Benefícios	3.105	811
7.08.01.03	F.G.T.S.	794	145
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-13.140	-3.711
7.08.02.01	Federais	-14.446	-3.711
7.08.02.02	Estaduais	100	0
7.08.02.03	Municipais	1.206	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	21.995	1.275
7.08.03.01	Juros	20.523	715
7.08.03.02	Aluguéis	1.440	529
7.08.03.03	Outras	32	31
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-42.382	8.423
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-42.382	-8.423

Comentário do Desempenho

1. Perfil da Companhia

1.1. Apresentação

A Concessionária Rota do Oeste S.A. ("CRO") foi constituída em 27 de dezembro de 2013, com propósito de explorar o lote da BR-163 MT, que compreende o trecho rodoviário com extensão total de 850,9 km, sendo 822,8 km na BR-163 e 28,1 km na BR-070, entre os municípios de Itiquira (divisa com Mato Grosso do Sul) e Sinop, passando por 19 municípios do estado do Mato Grosso, entre eles a capital Cuiabá.

A concessão tem o objetivo executar os serviços correspondentes às funções operacionais, de conservação, recuperação e de ampliação da BR-163 MT, através do Contrato "EDITAL Nº 003/2013, Parte VII" assinado pela União através da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e a Concessionária Rota do Oeste em 12 de março de 2014, com duração prevista de 30 (trinta) anos a contar de 21 de março de 2014, data de assunção do contrato ("CONTRATO"). Conforme o Contrato de Concessão, os investimentos no Projeto são determinados pelo Programa de Exploração da Rodovia ("PER").

1.2. Destaques

Em agosto de 2015 a Companhia contratou junto à Caixa Econômica Federal um empréstimo ponte no valor de R\$ 300.000 mil, que foram totalmente desembolsados em setembro de 2015.

Em 06 de setembro de 2015 foi aprovado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") o início das operações de arrecadação do pedágio pela Companhia.

1.3. Perspectivas

Após a conclusão das obrigações contratuais para início da cobrança do pedágio, como a duplicação de 10%, a conclusão da construção das praças de pedágio e a entrega dos trabalhos iniciais a CRO concentrará esforços nas frentes de ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço, recuperação do sistema existente, visando atendimento da meta anual do Programa de Exploração da Rodovia.

A CRO busca um financiamento, para fazer face aos investimentos previstos no contrato de concessão, em uma estrutura *Project Finance* (engenharia financeira suportada contratualmente pelo fluxo de caixa de um projeto e que tem como garantia os ativos e recebíveis desse mesmo projeto). Como financiamento principal a CRO conta com Longo Prazo, cujas condições de apoio foram divulgadas em 2013 por BNDES, Caixa e Banco do Brasil, para as licitações de concessões de rodovias federais integrantes do Programa de Investimentos em Logística ("PIL"). Além do financiamento principal a CRO considera outras fontes de financiamento, entre elas, recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste ("FDCO"), além de debêntures de infraestrutura ou outras fontes que poderão ser exploradas pela Concessionária.

2. Desempenho Econômico Financeiro

2.1. Receitas

Comentário do Desempenho

Descrição	Em milhares de reais					
	3T15	3T14	Var. (%)	9M15	9M14	Var. (%)
Receitas de Pedágio	23.272	-	-	23.272	-	-
Receitas Acessórias e Outras	4.844	-	-	4.844	-	-
Receita Bruta	28.116	-	-	28.116	-	-
Tributos sobre serviços de operação	(2.502)	-	-	(2.502)	-	-
Receita Líquida	25.614	-	-	25.614	-	-

A Companhia iniciou, no 3T15 a operação da arrecadação do pedágio gerando um total de receita de R\$ 25.614 mil.

2.2. Custos e Despesas

Os custos e despesas totais refletem os Custos de serviços, Custos de Obra de Infraestrutura e as Despesas Gerais e Administrativas.

Descrição	Em milhares de reais					
	3T15	3T14	Var. (%)	9M15	9M14	Var. (%)
Custos de serviços	(14.742)	-	-	(14.742)	-	-
Custos de obra de infraestrutura	(291.302)	(102.513)	184%	(624.459)	(183.594)	240%
Despesas Gerais e Administrativas	(15.846)	(11.860)	34%	(56.819)	(18.278)	211%

Com o início da operação de arrecadação a Companhia passou a somar custos de serviços que totalizaram R\$ 14.742 mil.

Os Custos de Obra de Infraestrutura totalizaram R\$ 291.302 mil, apresentando aumento em comparação com o 3T14, devido a concentração de obras para atingir as metas obrigatórias para o início da arrecadação do pedágio.

As Despesas Gerais e Administrativas somaram R\$ 15.846 mil, representando um aumento de 34% em relação ao 3T14. O aumento das despesas gerais da Companhia está atrelado principalmente à contratação de novos integrantes para os serviços de arrecadação da rodovia.

2.3. EBITDA

Descrição	Em milhares de reais					
	3T15	3T14	Var. (%)	9M15	9M14	Var. (%)
Resultado líquido do período	(14.430)	(7.202)	100%	(42.382)	(8.423)	403%
(+/-) Imp. de Renda e Contrib. Social Diferidos	5.844	4.117	42%	20.243	4.366	364%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	(15.290)	527	-3001%	(16.603)	5.475	-403%
(+/-) Depreciação / Amortização	(1.096)	(1.108)	-1%	(4.678)	(1.231)	280%
EBITDA	(24.972)	(3.666)	581%	(43.420)	187	-23319%

Comentário do Desempenho

O EBITDA atingiu no 3T15 o montante negativo de R\$ 24.972 mil, registrando redução em relação a 3T14, devido ao aumento significativo dos custos e despesas gerais e financeiras.

2.4. Resultado Financeiro

Descrição	Em milhares de reais					
	3T15	3T14	Var. (%)	9M15	9M14	Var. (%)
Receitas Financeiras	506	1.240	-59%	5.691	6.191	-8%
Despesas Financeiras	(15.796)	(713)	2115%	(22.294)	(716)	3014%
Resultado Financeiro Líquido	(15.290)	527	-3001%	(16.603)	5.475	-403%

No terceiro trimestre de 2015, o Resultado Financeiro Líquido da Companhia atingiu o valor negativo de R\$ 15.290 mil, registrando uma redução ante ao 3T14 devido ao aumento das despesas financeiras, reflexo da contratação do empréstimo ponte da Caixa e o aumento da Taxa de Juros de Longo Prazo. As Receitas Financeiras totalizaram R\$ 506 mil no 3T15, o que significa uma redução de 59% sobre o mesmo período do ano anterior.

2.5. Endividamento

Descrição	Em milhares de reais		
	30 de setembro de 2015	30 de junho de 2015	Var. (%)
Dívida Bruta	914.080	604.782	51%
Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras	(16.969)	(5.821)	192%
Dívida Líquida	897.111	598.961	50%

No terceiro trimestre de 2015, o Endividamento da Companhia apresentou aumento de 50% comparado ao segundo trimestre de 2015, totalizando R\$ 897.111 mil. Este aumento se deve a liberação do empréstimo ponte da Caixa no valor de R\$ 300.000 mil. Todas dívidas da Companhia são em moeda nacional.

2.6. Investimentos

Até o terceiro trimestre de 2015 os investimentos totalizaram R\$ 1.172.063 mil sendo destinados aos trabalhos iniciais na rodovia, como conserva, tapa-buraco, sinalização, às obras de duplicação de trecho de 22,7 km ao sul de Rondonópolis, às obras de duplicação do km 0,00 ao km 94,9, à conclusão das obras das praças de pedágio, bem como à construção de alguns dispositivos que compõe o sistema rodoviário.

Para o pleno atendimento do PER, são estimados ao longo da concessão R\$ 6,8 bilhões em investimentos, sendo R\$ 3,8 bilhões durante os primeiros 5 anos do Projeto (valores em moeda real de novembro 2013).

3. Informações da Companhia

3.1. Gestão de Pessoas

Comentário do Desempenho

A base para integração de Pessoas dentro da empresa é feita através dos princípios, conceitos e critérios da Tecnologia Empresarial Odebrecht (“TEO”). Nos pilares da TEO está a orientação para os resultados, a descentralização da gestão através da delegação planejada e a educação pelo e para o trabalho.

A base de todo o trabalho é a confiança nas pessoas e em sua capacidade de buscar seu autodesenvolvimento pessoal e profissional. A CRO terminou o primeiro trimestre de 2015 com o efetivo de 765 integrantes diretos.

3.2. Atendimento ao Usuário

A CRO presta serviços de atendimento ao usuário com a disponibilização de 18 bases operacionais, serviço de atendimento médico com 13 ambulâncias de resgate e 5 UTI's com médico, 19 viaturas de inspeção, 18 guinchos para atendimento a veículos de passeio e 8 para atendimento exclusivo a caminhões, além de 5 caminhões de combate a incêndio (caminhões-pipa), 5 guindautos e 5 carretinhas para transporte de animais. Toda esta estrutura está disponível a todos os usuários da rodovia, bem como o telefone de emergência gratuito (0800 065 0163), além do Centro de Controle de Operações (“CCO”), que monitora a rodovia 24 horas por dia.

Durante o segundo trimestre de 2015 o CCO registrou 31.316 ocorrências, das quais resultaram em acionamentos para os veículos de apoio, destacando-se:

- 29.916 acionamentos para atendimento mecânico e apoio operacional pelos veículos de inspeção de tráfego, guindauto e combate a incêndio;
- 757 acionamentos para remoção de veículos;
- 643 acionamentos para as ambulâncias.

3.3. Mercado

A BR-163/MT é uma rodovia com papel bastante significativo para o corredor de transporte rodoviário do país, principalmente no que se relaciona ao transporte de cargas e mercadorias do setor agrícola e pecuário. A região é um pólo produtor de soja, milho e algodão, além de importante região de criação de gado, uma vez que cruza o estado de Mato Grosso, um dos mais importantes centros de agricultura e pecuária do Brasil e líder na produção de grãos.

O principal motor do crescimento econômico do Estado foi e deve continuar sendo o agronegócio voltado ao mercado externo, haja vista a grande competitividade da produção local, associada ao fato de que o Mato Grosso representa a principal fronteira agrícola do País. Os principais destaques são as cadeias da soja, milho, bovinos e algodão, incluindo a geração de valor adicionado dentro da indústria de alimentos e biocombustíveis.

4. Governança

A Concessionária Rota do Oeste S.A. é uma sociedade anônima criada sob a forma de subsidiária integral de propósito específico, de capital fechado, da Odebrecht Rodovias S.A.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia está atualmente calçada em duas entidades principais, o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia.

Comentário do Desempenho

De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto de, no mínimo, três e, no máximo, seis membros efetivos e respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Sociedade, com um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições.

A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia. A Diretoria deverá ser composta de no mínimo dois Diretores, e, no máximo, quatro Diretores eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Técnico de Engenharia, e um Diretor de Operações. Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, admitida a reeleição.

5. Sustentabilidade

5.1. Desempenho Social e Benefício às Comunidades

No terceiro trimestre de 2015 a Companhia manteve as campanhas divulgadas anteriormente, como o projeto Rota Segura, o programa Parada Legal do Oeste e o projeto Infância de Direitos

No 3T15 a CRO gerou ingressos de recursos direto aos cofres dos municípios lindeiros no valor de R\$ 5.522 mil a título de ISSQN sobre os investimentos realizados em obras, e R\$ 1.013 mil a título de ISSQN sobre a arrecadação do pedágio.

5.2. Meio Ambiente

A gestão ambiental da CRO inclui a execução de programas como o Programa Integrado de Controle e Gestão Ambiental para a Construção, Programa de Monitoramento e Controle dos Atropelamentos da Fauna Silvestre, Programa de Monitoramento e Controle de Supressão Vegetal, e todos aqueles que são condicionantes do processo de licenciamento das obras de duplicação.

Durante a elaboração dos estudos ambientais para o licenciamento das obras de duplicação, foram considerados potenciais impactos nas comunidades indígenas localizadas em um raio de 40 km dos trechos a serem duplicados, conforme determinado na Portaria Interministerial nº 419/2011. Na área considerada existem dois Territórios Indígenas ("TI") da etnia Bororo, as TIs Tereza Cristina e Tadarimana, que somam mais de mil indígenas.

A CRO também é responsável pela execução do Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBAi) que anteriormente estava sob responsabilidade do DNIT. A CRO vem executando este PBAi, que tem duração de dois anos.

* * * * *

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações intermediárias condensadas de 30 de setembro de 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia”), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específica e capital fechado, foi constituída em 27 de dezembro de 2013, tendo como objetivo social a exploração, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos rodoviários da BR-163/MT e MT 407, com prazo de 30 anos conforme Contrato de Concessão firmado com a União Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes (“ANTT” ou “Poder Concedente”).

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela ODBVias e indiretamente pela OTP.

A Companhia iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias condensadas foi autorizada pela diretoria da Companhia em 30 de novembro de 2015.

2. Políticas contábeis adotadas

Estas demonstrações financeiras intermediárias condensadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, que foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) e normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A preparação das informações requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Não ocorreram mudanças significativas nas premissas e julgamentos por parte da Administração da Companhia no uso das estimativas para preparação destas informações em relação àquelas utilizadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

As políticas contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis intermediárias condensadas são as mesmas utilizadas na demonstração contábil anual de 31 de dezembro de 2014.

Notas Explicativas

3. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)
Em 30 de setembro de 2015		
Fornecedores	44.514	2.682
Partes relacionadas	118	35
Empréstimos e financiamentos	618.600	295.480
Em 31 de dezembro de 2014		
Fornecedores	11.429	795
Empréstimos e financiamentos	77.532	439.903

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que variação das taxas de juros, o que pode causar um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP foram consideradas as projeções apresentadas abaixo*:

Indicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP	6,3%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%	7,0%

(*)

Fonte: Projeção

Banco Caixa Geral - 30/09/2015.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

Notas Explicativas

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo	
TJLP (*)	6,77%	8,46%	10,16%	(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2014 a 2025 das taxas apresentadas acima.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Empréstimo Ponte BNDES	fev/16	Alta TJLP	55.455	56.589	57.083
Empréstimo Ponte CEF	mar/17	Alta TJLP	34.664	35.060	35.455

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela administração como de primeira linha.

Notas Explicativas

3.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 30 de setembro de 2015 e em 31 de dezembro 2014 podem ser assim sumariados:

	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 14)	914.080	517.435
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(3.209)	(250)
Aplicações financeiras (Nota 7)	(13.760)	(159.885)
Dívida líquida	897.111	357.300
Total do patrimônio líquido	174.539	216.363
Total do capital	1.071.650	573.663
Índice de alavancagem financeira - %	84	62

3.2. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	3.209	250
Aplicações financeiras	13.760	159.885	-	-
Contas a receber	-	-	11.776	-
Outros ativos	-	-	4	3.799
	13.760	159.885	14.989	4.049

	Outros passivos financeiros	
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	914.080	517.435
Fornecedores	47.196	12.224
Partes relacionadas	153	-
Contas a pagar	3.836	6.613
	965.265	536.272

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

Notas Explicativas

	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	11.776	-
Total de contas a receber	11.776	-
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	13.760	159.885
	13.760	159.885
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	18	10
Bancos conta movimento	2.710	240
Fundo de troco	481	-
	3.209	250
	16.969	160.135

6. Caixa e equivalentes de caixa

	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Caixa geral	499	10
Bancos conta movimento	2.710	240
	3.209	250

7. Aplicações financeiras

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 13.760 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 159.885), mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% a 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os recursos aplicados serão utilizados na construção de infraestrutura.

8. Contas a receber

	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
AVI	11.747	-
Outras contas a receber	29	-
	11.776	-

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 30 de setembro de 2015, a administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.

9. Despesas antecipadas

	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Seguros a apropriar	7.107	7.154
Despesas com financiamentos a apropriar	2.432	5.137
	9.539	12.291
Ativo circulante	5.852	7.525
Ativo não circulante	3.687	4.766

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Notas Explicativas

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativo (passivo) fiscal diferido		
Outras diferenças temporárias	48.976	2.577
Resultado pré-operacional	(1.029)	14.035
Custo de transação	(15.527)	(4.435)
	32.420	12.177

	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Tributos diferidos líquidos		
Ativo fiscal diferido - não circulante	47.947	16.612
Passivo fiscal diferido - não circulante	(15.527)	(4.435)
	32.420	12.177

Conforme projeções de resultados preparadas pela administração da Companhia os lucros tributáveis futuros permitem a total realização do ativo diferido existente em 30 de setembro de 2015, a realização está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
2016	4.037	4.497
2017	4.037	1.920
2018	4.037	1.920
2019	4.037	1.920
2020	16.272	1.920
	32.420	12.177

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

11. Partes relacionadas

	Ativo	Passivo
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (*)	-	118
Odebrecht Ambiental S.A. (**)	-	35
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional ("OECI") (***)	4	-
Em 30 de setembro de 2015	4	153
Em 31 de dezembro de 2014 (****)	106	-

(*) O montante de R\$ 118 refere-se a rateio de despesas com serviços compartilhados (apoio financeiro e apoio da tecnologia da informação), pela Construtora Norberto Odebrecht S.A.

(**) O montante de R\$ 35, refere-se a prestação de serviços em *software* de gestão financeira (MwD), pela Odebrecht Ambiental.

(***) Saldo refere-se a rateio de despesas administrativas da Companhia para a Odebrecht Engenharia e Construção Internacional no montante de R\$ 4.

(****) Saldo refere-se a despesas administrativas compartilhadas que são reembolsos através de nota de débito junto a OECI.

a) Honorários da administração

Notas Explicativas

A remuneração paga aos administradores, estatutários da Companhia no período findo em 30 de setembro de 2015, totalizou o montante de R\$ 822 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 518).

b) Participação no lucros e resultados

Em 30 de setembro de 2015 a Companhia provisionou participação nos resultados aos empregados e administradores no montante de R\$ 3.179 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 2.481).

12. Imobilizado

	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Outras imobilizações	Total
Custo	145	579	530	1.498	1.597	4.349
Baixa líquida	-	-	-	(29)	-	(29)
Depreciação/exaustão acumulada	(6)	(44)	(32)	(205)	(439)	(726)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	139	535	498	1.264	1.158	3.594
Aquisições	582	417	40	319	57	1.415
Depreciação/exaustão	(29)	(121)	(49)	(239)	(263)	(701)
Saldo contábil	692	831	489	1.344	952	4.308
Custo	727	996	570	1.817	1.654	5.764
Depreciação/exaustão acumulada	(35)	(165)	(81)	(473)	(702)	(1.456)
Saldo em 30 de setembro de 2015	692	831	489	1.344	952	4.308
Taxas anuais de depreciação (%)	10	5	5 a 10	20	*	

(*) Esses itens são depreciados pelo prazo do contrato de locação, que encerra-se em 17 de março de 2017.

Notas Explicativas

13. Intangível

Infraestrutura

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Intangível em formação	Software	Total
Custo	-	-	15.556	554.391	176	570.123
Transferências	10.766	3.690	-	(14.456)	-	-
Amortização	(108)	(37)	(1.532)	-	(10)	(1.687)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	10.658	3.653	14.024	539.935	166	568.436
Aquisições	-	657	-	601.134	148	601.939
Transferências	385.895	41.077	97.067	(524.039)	-	-
Amortização	(3.504)	(583)	(1.946)	-	(38)	(6.071)
Baixas, líquidas de amortização	-	(181)	-	-	(17)	(198)
Saldo contábil	393.049	44.623	109.145	617.030	259	1.164.106
Custo	396.661	45.424	112.623	617.030	325	1.172.063
Amortização	(3.612)	(801)	(3.478)	-	(66)	(7.957)
Saldo em 30 de setembro de 2015	393.049	44.623	109.145	617.030	259	1.164.106
Taxas anuais de amortização (%) (*)					20	

(*) Os demais intangíveis foram amortizados de acordo com o prazo do contrato de concessão, após o início das operações das praças de pedágio, o critério de amortização foi alterado para curva de tráfego.

Refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão parcialmente concluído.

14. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Empréstimo Banco ABC S.A. (a)	R\$	DI + 2,3%	-	77.709
Empréstimo BNDES (b)	R\$	TJLP + 2,0%	626.816	444.650
Empréstimo Caixa Econômica Federal (c)	R\$	TJLP + 3,5%	300.081	-
Custos de captação a amortizar	R\$		(12.817)	(4.924)
			914.080	517.435

(-) Passivo circulante

Empréstimo e financiamentos Banco ABC S.A. (a)	-	77.532
Empréstimos BNDES	618.600	-
	618.600	77.532

Passivo não circulante

Empréstimos BNDES	-	439.903
Empréstimo Caixa Econômica Federal	295.480	-
Passivo não circulante	295.480	439.903
	914.080	517.435

(a) Banco ABC S.A.

Em 12 de setembro de 2014, a Companhia assinou com o Banco ABC S.A., contrato de Coordenação, Colocação de Distribuição Pública com Esforços Restritos da 1ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais no montante de R\$ 75.000, que foi liberado integralmente em 23 de setembro de 2014. Foram emitidas dez Notas Comerciais, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 7.500. A emissão tem remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, divulgada pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 2,3% a.a..

Em 20 de março de 2015, a Companhia liquidou o financiamento junto ao Banco ABC S.A. montante de R\$ 80.069, sendo R\$ 75.000 de principal, acrescido de juros no montante de R\$ 5.069.

(b) BNDES

Notas Explicativas

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”) assinaram o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.066.1 no montante de R\$ 762.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT, com vencimento em 15 de fevereiro de 2016. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,00% a.a., acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”).

Em 24 de setembro de 2014, o BNDES fez a primeira liberação do financiamento no valor de R\$ 240.000.

Em 26 de dezembro de 2014, o BNDES fez a segunda liberação do financiamento no valor de R\$ 200.000. O custo de captação sobre o financiamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 5.014 e será amortizada pela fluidez do empréstimo.

Em 22 de abril de 2015, o BNDES fez a terceira liberação do financiamento no valor de R\$ 150.000.

(c) Caixa Econômica Federal

Em 10 de setembro de 2015, a Companhia e a Caixa Econômica Federal (“CEF”) assinaram o contrato de financiamento no montante de R\$ 300.000. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,5% a.a., acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”).

(d) Garantias

O contrato de financiamento com o BNDES detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras. Em favor dos fiadores foram oferecidas em garantia a alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

O contrato de financiamento com a CEF detém como garantia fidejussória fiança corporativa da controladora indireta Odebrecht TransPort (“OTP”), alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

(ii) Principais compromissos assumidos (“covenants”)

As cláusulas restritivas foram cumpridas pela Companhia em 31 de março de 2015.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Encargos sociais	5.053	1.977
Benefícios a empregados	109	13
Participação nos lucros e resultados	3.179	2.481
	8.341	4.471

16. Contas a pagar

Notas Explicativas

	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Seguros a pagar	1.684	3.947
Verbas do contrato de concessão	2.152	2.666
	3.836	6.613

17. Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC

Não existe a certeza, que esses valores irão compor o capital social da Companhia.

Em 1º. de julho de 2015, a ODB Rodovias S.A. (ODB Rodovias), visando a atender à necessidade de caixa da Companhia, enquanto não ocorria a liberação de recursos ponte da Caixa Econômica Federal realizou o AFAC no montante de R\$ 10.000. Em 16 de julho de 2015, a ODB Rodovias, realizou outro AFAC no montante de R\$ 9.925.

Em 24 de julho de 2015, a ODB Rodovias, por equívoco incorrido na formalização do AFAC realizado em 1º. de julho de 2015 capitalizou parcialmente o AFAC, mediante aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 558.

Em 11 de setembro de 2015, a ODB Rodovias em comum acordo com a Companhia resolveu converter os AFAC's em mútuo no montante de R\$ 20.065.

Em 30 de setembro de 2015, a OTP converteu os saldos de mútuos no valor de R\$ 72.815 com a Companhia em AFAC na ODBvias e conseqüentemente a ODBvias converteu AFAC na Companhia. O saldo de mútuo no valor de R\$ 17.092 foi convertido em AFAC na Companhia.

18. Contingências e provisões para causas judiciais

A Companhia tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo risco de perda que foram classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 386 em 30 de setembro de 2015.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 24 de julho de 2015, conforme Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia aumentou o capital social no montante de R\$ 558, passando de R\$ 240.000 para R\$ 240.558.

Em 30 de setembro de 2015, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 240.558 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 240.000), está representado por 240.558.000 ações ordinárias normativas e sem valor nominal.

20. Receita líquida

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2015	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2015	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2014	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2014
Receita de obra de infraestrutura	291.302	624.459	102.513	183.594
Receita de operação				
Receitas em numerário	11.501	11.501	-	-
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (i)	6.783	6.783	-	-
Receitas de vale pedágio (ii)	4.988	4.988	-	-
Outras receitas	4.844	4.844	-	-
	16.615	28.116	-	-
Receita total	319.418	652.575	102.513	183.594
Tributos sobre serviços de operação	(2.502)	(2.502)	-	-
	316.916	650.073	102.513	183.594

Notas Explicativas

- (i) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI (“Automatic Vehicle Identification”) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresa especializada;
- (ii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (Cielo Visa e Dbtrans).

A cobrança de pedágio, iniciada em 06 de setembro de 2015, é uma das fontes de recursos para obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

21. Custo dos serviços

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2015	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2015	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2014	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2014
Depreciação, amortização do intangível	(2.095)	(2.095)	-	-
Salários	(5.149)	(5.149)	-	-
Gastos gerais	(2.185)	(2.185)	-	-
Serviços de terceiros	(3.953)	(3.953)	-	-
Seguros	(368)	(368)	-	-
Materiais	(854)	(854)	-	-
Aluguéis	(138)	(138)	-	-
	(14.742)	(14.742)	-	-
Custo de obra de infraestrutura	(291.302)	(624.459)	(102.513)	(183.594)
	(306.044)	(639.201)	(102.513)	(183.594)

22. Despesas gerais e administrativas

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2015	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2015	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2014	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2014
Salários e encargos	(4.780)	(16.416)	(3.507)	(5.323)
Serviços de terceiros	(5.786)	(18.969)	(2.614)	(3.549)
Depreciação e amortização	(1.096)	(4.678)	(1.108)	(1.231)
Despesas com veículos	(691)	(3.697)	(204,00)	(240,00)
Gastos gerais	(3.493)	(13.059)	(4.427)	(7.935)
	(15.846)	(56.819)	(11.860)	(18.278)

23. Resultado financeiro, líquido

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2015	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2015	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2014	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2014
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(5.627)	(12.030)	(712)	(712)
Juros sobre atraso	(8.378)	(8.378)	-	-
Outras	(1.791)	(1.886)	(1)	(4)
	(15.796)	(22.294)	(713)	(716)
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	420	5.408	1.239	6.183
Outras	86	283	1	8
	506	5.691	1.240	6.191

24. Imposto de renda e contribuição social diferido

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

Notas Explicativas

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2015	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2015	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2014	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2014
(Prejuízo) lucro antes dos impostos	(20.274)	(62.625)	(11.319)	(12.789)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	6.893	21.293	3.848	4.348
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(1.049)	(1.050)	17	18
Outros	-	-	252	-
Total de IR e CSLL diferidos	5.844	20.243	4.117	4.366

25. Prejuízo por ação

Básico

O prejuízo básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro.

	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2015	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2015	Período de 1º de julho a 30 de setembro de 2014	Período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2014
Prejuízo do período	(14.430)	(42.382)	(7.202)	(8.423)
Quantidade média ponderada de ações	138.990	378.990	80.879	239.122
Prejuízo básico por lote de mil ações	(103,82)	(111,83)	(89,05)	(35,22)

Notas Explicativas

26. Seguros

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura
Risco de engenharia + ALOP	2.847.004
Garantia de Concessões Públicas	275.000
Risco operacional	200.000
Responsabilidade civil - Engenharia	50.000
Risco de administradores e diretores	40.000
Responsabilidade civil	30.000
Seguro de veículos	1.000

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos:

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Cuiabá - MT

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Informações Trimestrais (ITR)

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) "Demonstração intermediária" e com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34 "Interim Financial Reporting", emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Imobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 "Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade" e ISRE 2410 "Review of financial information performed by the independent auditor of the entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa no.20, a Companhia iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, portanto somente começou a auferir resultados desta data em diante. Na leitura das referidas demonstrações contábeis, referido assunto deve ser considerado. Nossa conclusão não está ressalvada com referência a este assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações contábeis intermediárias é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 30 de novembro de 2015.

Nelson Fernandes Barreto Filho

Contador CRC 1SP-151.079/O-0

Edinilson Attizani

Contador CRC 1SP-293.919/O

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não aplicável, em virtude da não instalação do Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Jardim Ubatã, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015.

Cuiabá, 30 de novembro de 2015.

Paulo de Meira Lins

Diretor-Presidente e Relação com Investidores

Fábio Abritta Filho

Diretor de Operações

Jackson Lisboa de Carvalho

Diretor Técnico de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Jardim Ubatã, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015.

Cuiabá, 30 de novembro de 2015.

Paulo de Meira Lins

Diretor-Presidente e Relação com Investidores

Fábio Abritta Filho

Diretor de Operações

Jackson Lisboa de Carvalho

Diretor Técnico de Engenharia